

[REDACTED]

À Senhora,

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Pregoeira da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO

Pregão Eletrônico nº.: 90245/2024/SUPEL/RO

Autorização Processo nº.: 0069.001909/2024-76/SEOSP/RO

Objeto: Registro de Preço de empresa(s) especializada(s) na prestação de em estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundos com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra e licenciamento.

A empresa [REDACTED] A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no [REDACTED], sediada à [REDACTED],

[REDACTED], Estado de Rondônia, vem, interpor, TEMPESTIVAMENTE, nos termos do disposto no item 8 do Edital e no art. 164 e parágrafo único da Lei 14.133/20211, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** do Pregão Eletrônico n.º 90245/2024/SUPEL/RO, nos termos e fundamentos a seguir expostos.

I – DOS FUNDAMENTOS

I.1 – DA NECESSIDADE DE DESCRIÇÃO COMPLETA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ITEM DE HABILITAÇÃO JURÍDICA. DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS.

No que concerne aos documentos exigidos para a qualificação econômico-financeira, com vistas à viabilização da participação no certame, verifica-se que o Edital, ao dispor sobre o tema, apresenta-se de forma imprecisa, não delineando com clareza quais documentos devem ser apresentados. O referido instrumento editalício faz menção genérica acerca da documentação necessária, limitando-se a indicar que o rol de documentos não se restringe aos expressamente previstos no tópico de habilitação, incluindo ainda outros documentos complementares. Vejamos:

12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais

[REDACTED]

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.3.3. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Pregoeira verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro); b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, para cada LOTE.


Ainda que se passe a exigir a comprovação da qualificação econômico-financeira mediante a apresentação dos dois últimos balanços patrimoniais, certidão negativa de falência e índices financeiros, conforme preceitua o artigo 69, incisos I e II, da Lei n.º 14.133/2021, verifica-se a ausência de exigência dos índices financeiros com base na comprovação da relação de compromissos assumidos, em conformidade com os parágrafos 1º ao 5º do referido artigo e com o item 11 da Instrução Normativa n.º 5, de 26 de maio de 2017.

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;



d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

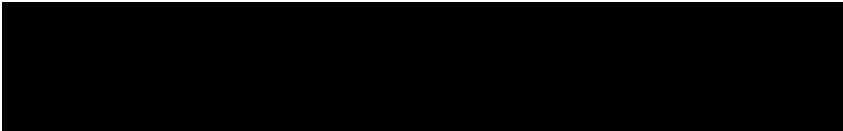
d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.


Ou seja, ao não especificar de forma clara os documentos necessários para a qualificação econômico-financeira no item de habilitação jurídica, especialmente a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicadas conforme a Lei, bem como os índices de liquidez que comprovem a boa situação financeira da empresa, o edital está descumprindo, de forma expressa, as exigências legais de qualificação econômico-financeira previstas nos artigos 62, 69 e 70 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, torna-se imperiosa a impugnação do Edital, visando a adequação de seus termos para que estabeleça, de forma expressa, a obrigatoriedade de apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicados na forma da Lei, para os licitantes constituídos sob a forma de Sociedade Anônima. Ademais, é necessário que sejam fixados os índices de liquidez mínimos exigidos para a habilitação no processo licitatório, de modo a assegurar o cumprimento das disposições legais quanto à qualificação econômico-financeira.

I.2 – DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA. NECESSÁRIA ESPECIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO.

Conforme é sabido, a Administração Pública, ao promover um procedimento licitatório para a contratação de terceiros com vistas à execução do





objeto do edital, deve zelar pela participação de empresas que demonstrem plena capacidade técnica, financeira e operacional para a execução contratada.


Para tanto, é imprescindível a elaboração de um edital que contemple de forma minuciosa todos os aspectos necessários para nortear as etapas do certame, assegurando que os atos sejam conduzidos com transparência e que o objeto contratado seja efetivamente concretizado. Assim, o edital deve ser detalhado, abrangendo todas as exigências pertinentes, a fim de garantir que a contratação se dê em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade.

Esse é também o entendimento da renomada jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que defende que o edital deve ser elaborado de modo a proporcionar segurança jurídica tanto para a Administração quanto para os licitantes, assegurando a correta execução do contrato. Vejamos:

Costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; é preferível dizer que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 (v. item 9.3.6). (Di Pietro, Maria, p. 829. 2019)

Pois bem. Ao analisar o edital em questão, verifica-se que não há, em nenhum de seus itens, a exigência de comprovação, por parte do licitante, da capacidade técnica mínima indispensável para a execução do objeto contratual. Ou seja, o edital não requer a apresentação de documentos que garantam à Administração Pública que o terceiro contratado possui plena capacidade para desempenhar adequadamente as atividades previstas, tais como a declaração de contratos previamente firmados com a administração pública ou documentos similares que atestem a experiência e competência do licitante.

Especificamente no item 12.4, observa-se que a qualificação técnica é limitada aos requisitos abaixo elencados, em especial, à comprovação da capacidade técnica da pessoa jurídica, conforme descrito:



12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

12.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, observando as seguintes condições:

a) Geólogo devidamente registrado;

12.4.3. A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

a) Carteira de Trabalho;

b) Certidão do CREA/CAU;

c) Contrato social;

d) Contrato de prestação de serviços;

e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

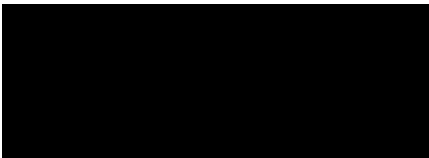
f) Termo, através do qual o profissional assumirá a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

12.4.4. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, para fins de contratação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

Tabela de cálculo Atestado de Capacidade Técnica e Acervo operacional			
Lote	Quantidade Contratada	10%	Atestado solicitado
Lote 01	471	48	Estudos de Poços
Lote 02	517	52	Estudos de Poços
Lote 03	393	40	Estudos de Poços
Lote 04	47100	4710	Metros de Perfuração de poços tubulares
Lote 05	51700	5170	Metros de Perfuração de poços tubulares
Lote 06	39300	3930	Metros de Perfuração de poços tubulares

a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

b) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.



c) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (ANEXO V ou a critério da licitante).

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021.

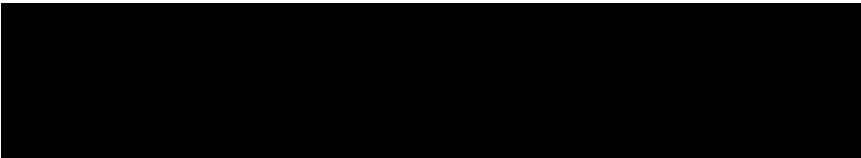
Nota-se que o edital não apresenta exigências específicas quanto à capacidade técnica profissional, que deveria indicar os profissionais responsáveis, o corpo técnico, as instalações e os equipamentos necessários para o cumprimento do objeto licitado. O edital apenas solicita uma relação genérica, que não comprova de forma efetiva que a empresa licitante será capaz de prestar o serviço adequadamente.

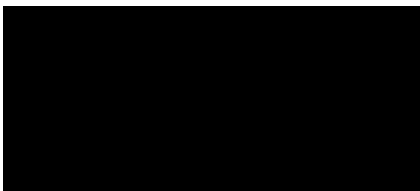
Dessa forma, para garantir o sucesso da execução do objeto do processo licitatório, torna-se imprescindível a exigência de documentos mínimos que comprovem a capacidade técnica do licitante em cumprir as obrigações estabelecidas. Considerando que o objeto do certame envolve estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundos, com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistemas hidráulicos complementares, mão de obra e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços, é crucial que o licitante possua as Licenças pertinentes para o transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, especialmente devido ao impacto social envolvido.

Além disso, é necessário que todo o procedimento seja acompanhado por profissionais devidamente habilitados e registrados nos órgãos competentes, como o CREA, com a devida comprovação dos vínculos empregatícios desses profissionais com as licitantes, seja por meio da CLT ou de contratos particulares, assegurando a regularidade e a qualidade da prestação dos serviços.

II - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se a revisão do edital para a inclusão das seguintes exigências:



- 
- a) Inclusão de item expresso que determine a necessidade de apresentação do balanço patrimonial, das demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicados conforme a Lei, para todos os licitantes. Além disso, que sejam estabelecidos os índices de liquidez mínimos necessários para a habilitação no processo licitatório, no item relativo à habilitação jurídico-financeira; e
- b) Inclusão de itens específicos que exijam a apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica das licitantes, assegurando que o objeto da licitação será adequadamente cumprido, conforme detalhado na presente impugnação.

Requer-se, portanto, a acolhida da presente impugnação ao Edital para que sejam realizadas as devidas alterações e inclusões conforme os itens acima mencionados.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

16 de setembro de 2024.

